

A “MARCHA PELA LIBERDADE” E O ÓDIO DE CLASSE

Ercília Ana Cazarin¹
Eduardo Silveira de Menezes²

Mesmo passado mais de meio século do golpe militar no Brasil, podemos perceber que a elite econômica responsável por articular a deposição do então presidente João Goulart (PTB) continua influente junto à sociedade civil. Se, na década de 1960, as forças golpistas, representantes dos interesses das multinacionais e do capital financeiro internacional, organizaram uma campanha ideológica com o objetivo de desmoralizar o governo nacional-reformista de Jango, hoje, trinta anos após a retomada da democracia, elas se mantêm vivas no discurso de ódio à esquerda – ou seja, contra o que sobrou das suas bandeiras históricas, após a política de alianças do atual governo com setores da burguesia agrária e industrial.

Atualmente, o discurso golpista retorna às ruas, ocupando espaço também nas redes sociais. O avanço do pensamento conservador soaria descontextualizado da real conjuntura político-econômica, não fosse o compromisso ideológico que atravessa um suposto discurso anticorrupção. O governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em seu quarto mandato, atua no limite do neodesenvolvimentismo; isto é, não descarta o compromisso com a redistribuição de renda, mas privilegia o crescimento econômico, com um programa de austeridade que coloca na conta dos trabalhadores as medidas para equilibrar o déficit público por meio de um rigoroso ajuste fiscal.

¹ Doutora em Letras – área de concentração Teorias do Texto e do Discurso. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso – LEAD/UCPEL. eacazarin@gmail.com.br.

² Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso – LEAD/UCPEL. dudumenezes@gmail.com.

As manifestações ocorridas já em 2014, somadas a protestos de maior expressão, em 15 de março e 12 de abril de 2015, aos painéis promovidos durante pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff (PT), em cadeia de rádio e TV, e a protestos mais recentes, tais como o do dia 16 de agosto, retomam dizeres, de acordo com o nosso entendimento, representativos de saberes próprios do complexo político-militar que teve atuação destacada nos anos 60 e ficou conhecido por IPES/IBAD. Em conformidade com Dreifuss (2008, p. 249), entendemos que, naquele período se fez muito mais do que imprimir, editar e distribuir material contrário ao governo de João Goulart, pois foram alistados “escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos de mídia e de publicidade” para promover manifestações de ódio contra a esquerda. Por intermédio do Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP) – chamado pela diretoria ipesiana de Escritório de Brasília – o instituto também pôde realizar um forte *lobby* anti-Jango diretamente no Congresso Nacional. A orientação político-militar da sociedade civil fez com que o bloco oligárquico-industrial lograsse êxito, em 1964, com a instauração da ditadura. Mas a destituição de Jango – e o consequente controle dos movimentos sociais favoráveis às reformas de base que estavam na pauta do governo – só foi possível face à capitulação da classe média, via doutrinação midiática, levando à radicalização do processo político.

Em 2015, logo após uma vitória acirrada no pleito presidencial, em que a então candidata petista obteve pouco mais de 51,5% dos votos, vemos a reedição não só da famigerada marcha antidemocrática, mas também o retorno de já-ditos que, de maneira geral, expressam a materialização de anseios da elite brasileira. Este age como se fosse possível desvincular os interesses do capital da maneira como o Estado brasileiro está organizado. Isto é, coloca no esquecimento o fato de que é esse próprio Estado, representado por esse próprio governo, que dá sustentação às políticas neoliberais.

Consideramos, ainda, que os seguidores e os apoiadores desses movimentos de oposição política produzem justamente o efeito contrário do que declaram defender, uma vez que,

esquecida toda a política, a palavra *democracia* torna-se então o eufemismo que designa um sistema de dominação que não se quer mais chamar pelo

nome e ao mesmo tempo o nome do sujeito diabólico que toma o lugar desse nome obliterado: um sujeito composto, em que o indivíduo que sofre esse sistema de dominação e aquele que o denuncia se misturam (RANCIÈRE, 2014, p. 112).

Na prática, a ação de “não saber o que se quer e o que se faz”, quando motivada por um desejo irrestrito de “liberdade”, do qual nos fala Rancière (2014, p. 113), produz não só um efeito contrário, mas, sobretudo, redefine temas edificantes, os quais “são pintados com as cores sulfurosas do inferno e da blasfêmia – o homem não pode prescindir de Deus, liberdade não é permissão, a paz amolece o caráter, o desejo de justiça conduz ao terror”. Ao convocar todos os que estão descontentes com o governo petista para se organizarem pedindo o impedimento do governo e clamando por uma intervenção civil-militar, os líderes da Marcha pela Liberdade e grupos que os apoiam acionam, pelo interdiscurso, dizeres que, em 1964, eram próprios daqueles que se organizavam a partir do complexo IPES/IBAD.

Consideramos relevante esclarecer que, embora os articuladores dos protestos se inscrevam em uma mesma formação discursiva (FD) – a qual passaremos a designar, a partir de agora, como formação discursiva golpista (FDG) –, existem diferentes posições-sujeito convivendo nesta FD e, portanto, se relacionando de maneiras distintas com o sujeito histórico da mesma. Os movimentos *Brasil Livre* (MBL) e *Vem Pra Rua* (VPR), defensores do impeachment da presidenta Dilma, se dizem contrários à volta dos militares ao poder, mas atuam em conjunto com o grupo conhecido como *Revoltados On-Line* (ROL), que prega abertamente uma intervenção civil/militar.

Conforme explica Courtine (2009), ao tomarmos o discurso como objeto – e aqui é importante ressaltar que nos interessa, de modo particular, o discurso político –, e constituirmos o nosso *corpus* de pesquisa por declarações e por um conjunto de cartazes³ que materializam dizeres de ódio à esquerda e também à democracia, optamos por organizar este material em sequências discursivas de referência (sdrs); isto é, a sdr está sendo relacionada tanto “a um sujeito de enunciação como a uma

³ O QUE DIZEM os cartazes dos protestos de 15 de março? Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2015/03/15/veja-imagens-de-cartazes-carregados-pelos-manifestantes-pelo-pais.htm?abrefoto=1>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

situação de enunciação determináveis em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e mais geralmente circunstanciais” (COURTINE, 2009, p. 108).

Podemos compreender, portanto, que as circunstâncias de enunciação dos líderes dos movimentos golpistas, em especial em 2015, configuram saberes que constituem um lugar determinado no interior dos aparelhos ideológicos, os quais, segundo Pêcheux (2009, p. 131) “não são a expressão da dominação da ideologia dominante”, mas sim “o seu lugar e meio de realização”; dito com outras palavras, este é o espaço que permite, em última instância, a efetivação da luta de classes. Ao considerarmos, por exemplo, o que estamos designando por sdr 1 – apresentada logo abaixo – podemos compreender que as formas de representação do sujeito enunciador produzem efeitos semelhantes aos da década de 1960, quando as então lideranças golpistas clamavam pela intervenção militar:

sdr 1: O que eles querem é acabar com a nossa liberdade e implantar o lixo que implantaram na Venezuela e em Cuba, onde o povo não tem nem papel higiênico. É isso que vocês querem para vocês? Vocês querem enfrentar filas gigantescas para comprar 1 kg de carne superfaturada? O que é essa inflação descontrolada que o PT promove? E dizem que estão beneficiando a população, que a culpa da inflação é do quê? De a gente comer carne? A gente tem que comer ovo agora? Vocês viram, né? O PT fala que a gente tem que comer ovo para controlar a inflação. A culpa da inflação é nossa? Não é deles, agora? A nossa bandeira jamais vai ter foice, nem martelo. Nós já somos governados há 12 anos pelo PT. Dizem que o PT é um partido corrupto, que o PT é um partido de ladrões. Eu penso um pouco diferente. O PT é um partido de ditadores. O PT é um partido de psicopatas totalitários [...].⁴

O enunciado “o que eles querem é acabar com a nossa liberdade e implantar o lixo que implantaram na Venezuela e em Cuba” produz um efeito de pré-construído, pois remete a algo pensado e acertado antes em outro lugar – durante o período prévio ao golpe militar no Brasil. O discurso golpista (DG) em questão produz, assim, o sentido de que “eles” – o governo do PT, os militantes e simpatizantes petistas, os seus eleitores, os comunistas – fazem parte de um grupo ideológico cuja prática se caracterizaria por tomadas de posição ditatoriais – “partido de ditadores”, “psicopatas totalitários” –, associadas, supostamente, ao comunismo

⁴ DISCURSO de Kim Kataguiri, liderança do MBL, na primeira manifestação realizada pelo movimento pedindo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O ato ocorreu no dia 1º de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mCcd_KDk Bh8>. Acesso em: 4 ago. 2015.

– “nossa bandeira jamais vai ter foice, nem martelo” – e direcionadas contra a população brasileira – “é isso que vocês querem para vocês?”. Compreendemos, também, que a representação política do sujeito enunciador do DG, ora é representada por “eu”; ora, por “nós”, mas, todas às vezes, é direcionada a um ente abstrato – “vocês” (povo) – o qual, nesse funcionamento discursivo, nada mais é do que a representação simbólica do “eu” e do “nós” em contraposição a “eles” (o PT). Tal funcionamento, em que o “eu” e o “nós” (lideranças golpistas) remete pretensamente ao conjunto da população brasileira pelo uso do pronome de tratamento “vocês”, busca imaginariamente produzir o efeito de sentido de que toda população brasileira estaria aí sendo por eles representada.

Ressaltamos, ainda, que expressões, tais como, “nossa liberdade” e “a nossa bandeira”, atestam o que estamos tratando como a pretensão de englobar todos os brasileiros no discurso de ódio à esquerda e, na esteira desse discurso, à democracia. Na sdr recém apresentada, encontramos vestígios do pronunciamento do então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda – um dos principais incentivadores do golpe militar, – realizado no Palácio da Guanabara, no dia 31 de março de 1964, momentos antes da deposição de Jango e da intervenção civil/militar. Esse efeito de pré-construído pode ser observado na sdr2, que se segue:

sdr 2: Atenção, bravos da polícia de vigilância! Atenção, cidadãos voluntários! Atenção, povo carioca! O Palácio da Guanabara está sendo atacado pelos comunistas na sua loucura criminosa. Morreremos aqui, mas receberemos, aqui, a sua audiência, a sua honra, a sua lealdade, brasileiro. Levanta-te e luta. Mata os comunistas, na rua, se necessário. Mas recebe a sua honra. Defende o seu lar. Aqui estamos para morrer por ti. Para matar por ti. Antes que a sua pátria seja morta pelos traidores. Brasileiros, soldados, vamos libertar esse país!⁵

A declaração “o Palácio da Guanabara está sendo atacado pelos comunistas (eles) na sua loucura criminosa. Morreremos (nós), aqui, mas receberemos (nós), aqui, a sua audiência (você), a sua honra (você), a sua lealdade (você), brasileiro (você)”, é representativa de como, no enunciado da sdr1, o interdiscurso opera, pois

⁵ DISCURSO de Carlos Lacerda, no Palácio da Guanabara, em 31 de março de 1964. A fala ocorreu momentos antes do golpe de Estado responsável pela implementação da ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U8wOSxxrMs>>. Acesso em 4 ago. 2015.

se acionarmos a categoria da memória discursiva, podemos rememorar já-ditos que se atualizam no discurso golpista de 2014/2015. Esta análise nos permite observar, portanto, como o “eu” e o “nós” (lideranças golpistas) se constroem em oposição a “eles” (comunistas/petistas). Além disso, o verbo “libertar”, presente da sdr2, uma vez modalizado, emerge como um discurso transversal no enunciado da sdr1 (O que eles querem é acabar com a nossa liberdade...). Atestando assim, por meio de uma nominalização, a emergência de um discurso transversal acertado em outro lugar, que ressoa no discurso golpista de 2015.

A seguir elencamos outros enunciados representativos desse discurso, que também estamos tomando como sequências discursivas de referência. Para melhor organização da análise as sdrs representativas dos cartazes foram divididas em quatro categorias. Cada uma reúne um conjunto de dizeres relacionado a uma demanda específica do DG, conforme segue:

- sdr 3: Em relação aos pedidos de intervenção militar

“A verdadeira reforma política só as forças armadas podem fazer”.
“Intervenção militar, já!” “Queremos os militares novamente no poder”.

- sdr 4: Em relação à corrupção

“Fora corruPTos”. “Respeito ao povo”. “Chega de roubo, chega de corrupção. Democracia, justiça, educação. Não à ditadura”.

- sdr 5: Em relação ao desrespeito à democracia

“Fora PT e sua ‘democradura’”. “Trabalhadores apoiam o impeachment”.
“Impeachment já”. “Dilma pegue sua corja e vá roubar em Cuba que o pariu”. “Dilma vá embora. O Brasil não quer você. Aproveita e leva o Lula e os PTralhas!!!” “O PT é um câncer totalitário”.

- sdr 6: Em relação à histeria anticomunista

“COMUNISTA É BOM MORTO”. “Dilma, Maduro, Hugo, Fidel, Cristina, Lula: LIXO do MUNDO”. “Brasil não é a Venezuela”. “*GOP, help to save Brazil from bolivarianism*” Partido Republicano dos EUA ajude o país a se salvar do bolivarianismo”. “O Brasil não será uma nova Cuba”.

Os enunciados presentes na sdr3 dissimulam, pela aparente transparência que neles se constitui, a desigualdade-contradição-subordinação, explicada por Pêcheux (2009), ao caracterizar o complexo das formações ideológicas. Com isso,

eles contribuem para instaurar o sentido que é produzido na sdr4, pois o conjunto desses dizeres remete ao que Ranciére (2014) denomina como sendo o “novo ódio à democracia”, o qual, segundo o autor, é “uma das formas de confusão que afeta o termo” (op. cit., p. 116). Assim, “o ódio” acabaria por duplicar uma confusão consensual, “fazendo da palavra democracia um operador ideológico que despolitiza as questões da vida pública para transformá-las em ‘fenômenos da sociedade’, ao mesmo tempo que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade” (op. cit., p. 117). A associação simplista de que a corrupção, no Brasil, estaria associada a um único grupo político (sdr4) é, na verdade, uma das formas de materialização da ideologia na sociedade contemporânea, a qual, segundo Žižek (1996), se dá pelo cinismo.

Para o referido autor, existe uma “crença que sustenta a fantasia que regula a realidade social” (op. cit., p. 317). Esta crença, ao operar no nível fundamental da ideologia – de uma fantasia (inconsciente) –, demonstra o quanto estamos longe de uma sociedade “pós-ideológica”, uma vez que “a distância cínica é apenas um modo – um dos muitos modos – de nos cegarmos para o poder estruturador da fantasia ideológica” (op. cit., p. 316). Nesse sentido, os enunciados das sdrs 5 e 6 nos permitem compreender que, mesmo mantida uma distância irônica, o sujeito enunciator do DG continua a agir de modo a seguir uma ilusão – a de que vivemos em uma ditadura comunista capitaneada pelo PT. Conforme concebe Žižek (1996), a fórmula “eles sabem que em sua atividade estão seguindo uma ilusão, mas fazem-na assim mesmo” (op. cit., p. 316), que daria conta de explicar a manifestação da ideologia por meio do cinismo, pode ser identificada na leitura de que os manifestantes sabem que a sua ideia de liberdade e luta contra a corrupção mascara uma forma particular de exploração (capitalista), mas, mesmo assim, seguem esta ilusão.

Nessa mesma direção, a sdr 6 demonstra o caráter ideológico que constitui os saberes da FDG. Mesmo sem a total insubordinação dos principais países latino-americanos à cartilha proposta pelo Consenso de Washington – que passou a tomar conta dos países sul-americanos no final dos anos 80, mas sofreu contestações ao longo deste século XXI – o DG segue uma “fantasia ideológica” de que a formação social atual apontaria para a superação do modo de produção capitalista. No Brasil,

ao contrário, o que podemos observar são práticas que preservam o itinerário neoliberal - com a manutenção da abertura comercial e econômica, a desregulamentação progressiva de leis trabalhistas e a aplicação de uma disciplina fiscal rígida, que visa cortar gastos públicos para diminuir as dívidas do Estado.

Sendo assim, mesmo descontextualizada da atual conjuntura político-econômica, a associação do governo brasileiro com o processo político que se dá em países vizinhos – e, até mesmo, com Cuba – retoma um discurso muito presente durante o período prévio à instauração dos regimes militares em toda a América Latina, sob o qual podemos identificar como constitutivo os interesses das oligarquias econômicas. O enunciado COMUNISTA É BOM MORTO (sdr 6) remete à convocação proposta no discurso de Carlos Lacerda (sdr 2) – “Levanta-te e luta. Mata os comunistas, na rua, se necessário” –, em que o verbo matar aparece nominalizado no predicativo do sujeito “morto”.

Concluindo, nos permitimos afirmar que o ódio à esquerda (primeiro ao “comunismo”; hoje, ao PT) é estruturante da materialização cínica dos protestos anticorrupção. As posições-sujeito que esta FD abriga, mesmo guardadas as tomadas de posição do Movimento Brasil Livre e do Vem Pra Rua – com a aparente ilusão de que estariam na origem do seu dizer e que, portanto, teriam controle sobre o sentido produzido na sua intenção de derrubar a presidenta sem promover uma intervenção civil/militar – abre espaço para a consagração do ódio de classes – abertamente propagandeado pelo grupo autointitulado “Revoltados On Line” –, em que a intolerância e a violência tornam-se marcas do confronto político-ideológico que está sendo travado não só nas redes sociais, mas também nas ruas.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DISCURSO de Kim Kataguiri, liderança do MBL, na primeira manifestação realizada pelo movimento pedindo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O ato ocorreu no dia 1º de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mCcd_KDk8>. Acesso em: 4 ago. 2015.

DISCURSO de Carlos Lacerda, no Palácio da Guanabara, em 31 de março de 1964. A fala ocorreu momentos antes do golpe de Estado responsável pela implementação da ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U8wOSxxrMs>>. Acesso em 4 ago. 2015.

DREIFUSS, René Arnand. *1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

O QUE DIZEM os cartazes dos protestos de 15 de março? Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2015/03/15/veja-imagens-de-cartazes-carregados-pelos-manifestantes-pelo-pais.htm?abrefoto=1>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed., São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

RANCIÈRE, JACQUES. *O ódio à democracia*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. “Como Marx Inventou o Sintoma?” In: Zizek, Slavoj (org). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 297 - 331.